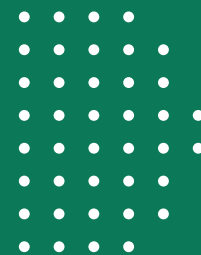


REVISTA

SEMIÁRIDO

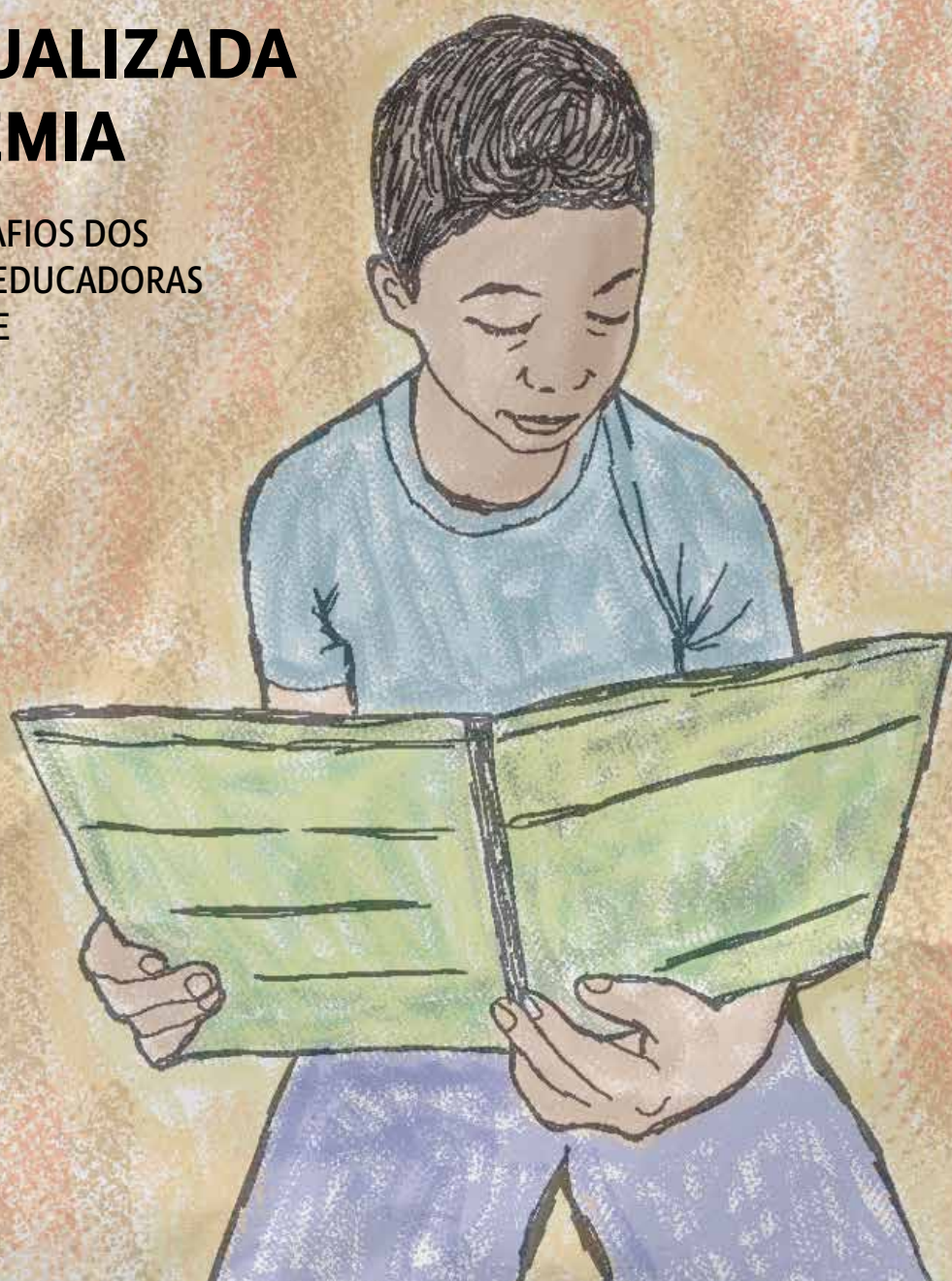
E SEUS CONTEXTOS



DESTAQUE

EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA NA PANDEMIA

EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS DOS
EDUCADORES E DAS EDUCADORAS
NA PRÁTICA DOCENTE



REVISTA

SEMIÁRIDO E SEUS CONTEXTOS

A revista *Semiárido e seus Contextos* é uma iniciativa do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada - IRPAA.

EDIÇÃO 01 - MARÇO 2022

Organizador

Eixo Educação e Comunicação

Projeto Gráfico/ Diagramação

Imburanatec Design

Fotografias

William França / Acervo Irpaa

Ilustrações

William França

Revisão

Conselho Editorial - Irpaa

Tiragem

E-book

Acompanhe nosso trabalho nas mídias digitais



facebook.com/irpaasemiario



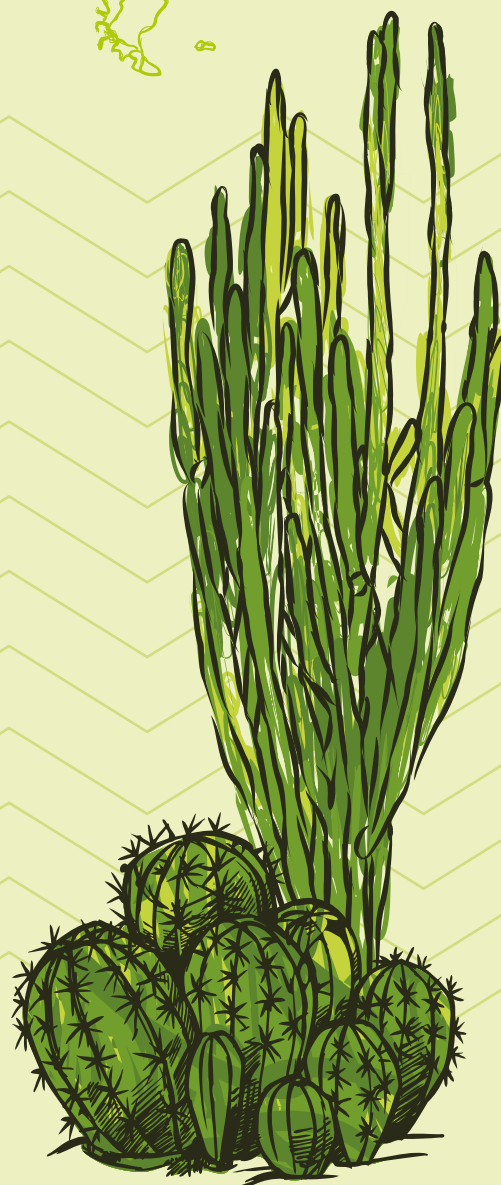
instagram.com/irpaasemiario



youtube.com/tvirpaa



www.irpaa.org





Editorial

O ano de 2021 foi extremamente desafiador para a classe trabalhadora brasileira. As consequências ocasionadas pelas diversas crises: social, econômica, ecológica e política desencadeou uma série de reflexos negativos, impactando diretamente a vida de milhões de brasileiros e brasileiras.

A Emenda Constitucional 95 (a PEC do Teto dos Gastos), as reformas trabalhista e da previdência, a privatização parcial de setores estratégicos (petróleo e energia), o avanço de pautas conservadoras e negacionistas, além das tragédias ambientais que afetaram diversos biomas, marcaram a sociedade e já apresentam os resultados negativos para o povo.

No que tange a Educação, não foi diferente, pois milhares de professores e professoras, estudantes, gestores escolares e mães e pais, também tiveram suas vidas impactadas pela pandemia da Covid-19. Todas/os vivenciaram situações extremamente degradantes no que diz respeito as condições de trabalho no contexto virtual (para muitas/os em casa), a adoção de metodologias de ensino-aprendizagem insuficientes e a própria saúde mental, fragilizada pelo isolamento, desemprego e fome.

Esta revista foi pensada em um contexto em que há a necessidade de reafirmar o valor da educação pública, gratuita, de qualidade e contextualizada. Esta publicação tem o papel de subsidiar educadores/as, pesquisadores/as, militantes com debates atuais da política educacional e apresentar uma radiografia do que foi a pauta da educação no ano de 2021 e seus reflexos na vida de toda a sociedade.

Acreditamos que a revista Semiárido e seus Contextos servirá de fonte de pesquisa e estudo, contribuindo assim para uma atuação da sociedade civil organizada mais propositiva e engajada na luta pela efetivação dos direitos da criança e do adolescente em todos biomas do Brasil, destacando o papel estratégico da educação na construção de uma sociedade justa, igualitária e pautada pelos princípios do Bem Viver.

Boa leitura e força na luta!

DESTAQUE

EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA NA PANDEMIA:
EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS DOS EDUCADORES E DAS
EDUCADORAS NA PRÁTICA DOCENTE

04

ENTREVISTA

CELI TAFFAREL

08

REPORTAGEM

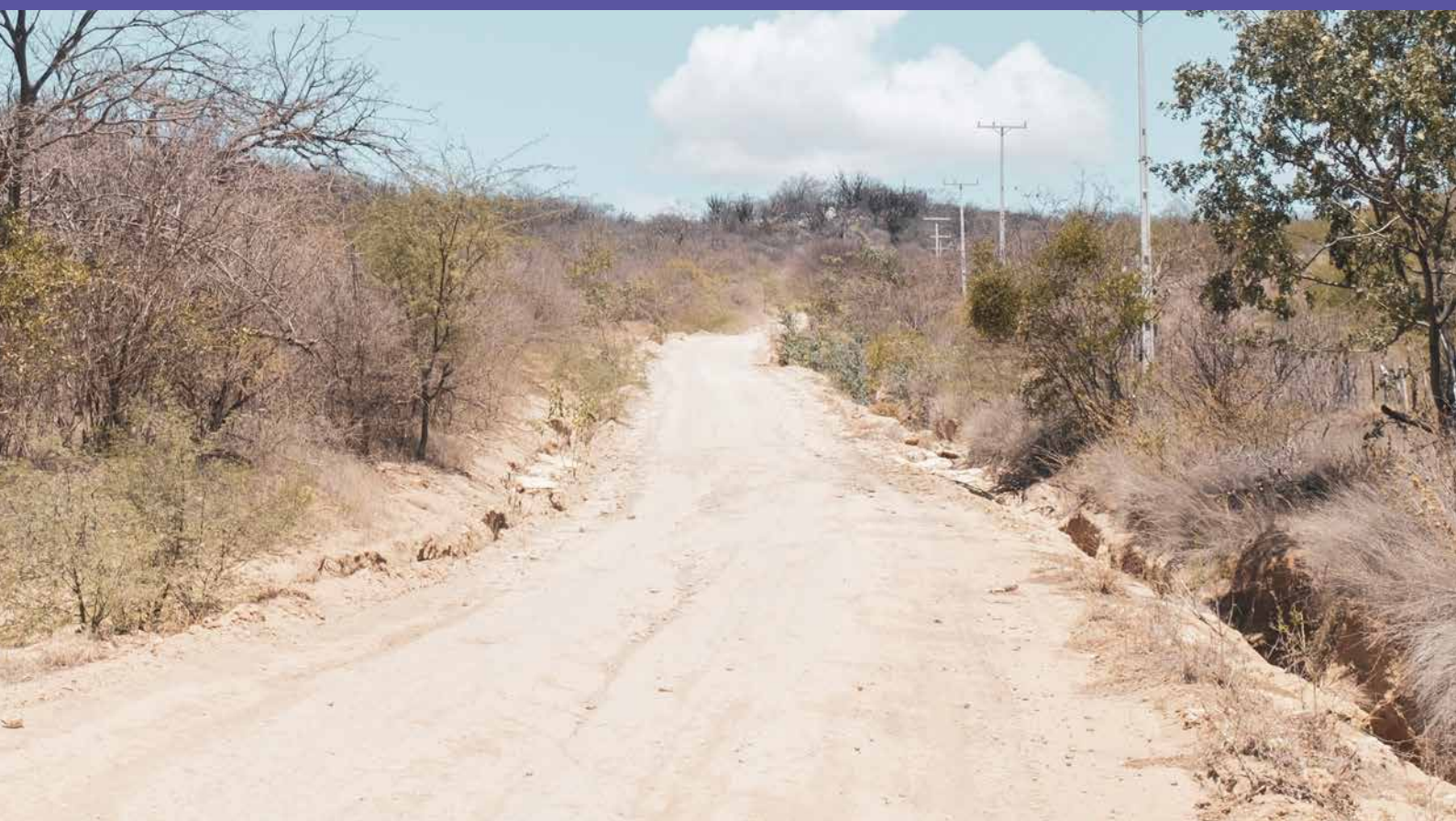
INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA: TRAJETÓRIAS,
DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO ACESSO À
POLÍTICA PÚBLICA

12

ARTIGO ESPECIAL

RETROCESSO NA EDUCAÇÃO E O
COMPROMETIMENTO DO FUTURO

16



DESTAQUE

EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA NA PANDEMIA: EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS DOS EDUCADORES E DAS EDUCADORAS NA PRÁTICA DOCENTE

Valorizar as experiências dos estudantes; aproximar escola e comunidade; construir um novo discurso imagético sobre o Semiárido; produzir narrativas apropriadas às condições de vida das populações; descolonizar os saberes e romper com o engessamento dos conteúdos ministrados em sala de aula; produzir conhecimentos significativos na relação local e global, são alguns dos aspectos norteadores da Educação Contextualizada. Pontos importantes que fazem diferença no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes que têm a oportunidade de vivenciar uma educação significativa.

No entanto, colocar em prática a Educação Contextualizada não é tarefa fácil, pois o Currículo e os livros didáticos fornecidos às escolas são colonizadores, ou seja, possuem conteúdos produzidos fora de contexto, que na maioria das vezes, nada dizem sobre o lugar onde estão inseridos.

Como explica a integrante da Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (Resab), Máisa Antunes, é preciso “sair do conteudismo e avançar para uma mudança de perspectiva (...). Infelizmente, não conhecemos pela perspectiva intimista; conhecemos pela perspectiva instrumentalista e racional e, assim, criamos distâncias entre nós e o mundo em que vivemos, por exemplo, não temos o sentimento de pertencimento com o Rio São Francisco, nem com o Bioma Caatinga, principalmente, quando habitamos os setores urbanos”.

Portanto, trabalhar de forma contextualizada é um desafio, que se tornou ainda maior com o contexto da pandemia que acentuou a disparidade socioeconômica, dificultou a aproximação da escola com a comunidade e aumentou a evasão escolar, como aponta o relatório do Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para Infância (Unicef), quando apresenta que em 2020, 1,38 milhão, o que representa 3,8% dos estudantes, com idades entre 6 e 17 anos, abandonaram a escola.



Inserida nesta realidade, está a Escola Municipal 15 de Julho, localizada no distrito de Maniçoba em Juazeiro-BA, que atende a educação infantil e o ensino fundamental I e II. Neste ano de 2021, a escola teve o número de matrículas reduzido, chegando a ter turmas sem nenhum estudante matriculado. Durante o período de aula remota, a escola forneceu materiais impressos aos estudantes que não dispõem de internet ou aparelhos digitais, com orientações e atividades. As famílias dos estudantes retiravam as atividades na escola com prazo para devolução. Este formato remoto foi um grande desafio também para as/os professoras e professores, que precisaram elaborar atividades virtuais e impressas.

Na Escola Municipal João Honorato de Oliveira, na Fazenda Barriguda, em Uauá-BA, que oferta o ensino fundamental, as aulas são realizadas através da rede social WhatsApp, mas devido à falta de conexão à internet, esse formato não abrange todos os/as estudantes, sendo necessário também a elaboração de atividades impressas. Sobre esse ponto, a professora Lilian Carolina Ribeiro destaca que “Alguns (estudantes) não têm internet em casa, e mesmo os que têm, utilizam dados móveis e dificulta muito a interação. Na maioria das vezes, envio áudios e nem sempre são ouvidos no horário da aula. Depende muito do sinal. Envio também vídeos, mas nem todos conseguem abrir”.

Já o Colégio Estadual Hildete Lomanto, localizado no Centro de Juazeiro, que oferta o Ensino Fundamental II, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos, atende estudantes que moram no entorno do Colégio, e em povoados como Rodeadouro e comunidades do distrito de Maniçoba. Assim, é perceptível que a realidade dos estudantes são diferentes, pois alguns vivenciam experiências na zona rural, enquanto outros na zona urbana, podendo criar uma situação de educação contextualizada interessante por misturar realidades próximas, porém distintas.

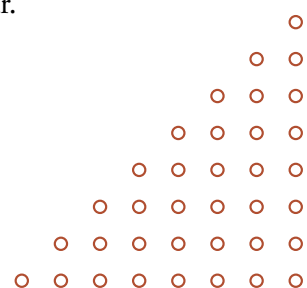
Com a chegada da pandemia, as desigualdades se acentuaram, pois muitos estudantes tiveram dificuldades com o acesso à internet, acesso aos aparelhos celulares para assistir às aulas, e

dificuldades na utilização das tecnologias, pois em muitos casos, há apenas um aparelho para ser utilizado por várias crianças e adolescentes na mesma família, principalmente, no período do ensino remoto aplicado desde 2020, que, no entanto, não foi autorizado como ano letivo oficial pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia. A partir de 9 de agosto de 2021, o estado passou a adotar o formato híbrido; e em 18 de outubro do mesmo ano, foi retomado o ensino 100% presencial.

Durante esse processo de ensino remoto, híbrido e presencial, alguns estudantes não participaram das aulas em alguns momentos, como aponta a coordenadora do Colégio Estadual Hildete Lomanto, Mariana Pereira, “Alguns alunos não estudaram no ensino remoto, mas voltaram no formato híbrido ou presencial. Mas o contrário também aconteceu”. A coordenadora destaca que o colégio está mapeando esses casos para identificar o motivo de alguns estudantes não terem voltado às aulas.

“É uma batalha que a gente precisa enfrentar juntos. Então, a gente está buscando a melhor forma de junto com os pais, as mães, e os alunos, inclusive alunos da EJA, enfrentar esse desafio para evitar a defasagem, a evasão escolar. Estamos lutando com todas as forças para superar essas dificuldades”, (Mariana Pereira, 2021).

Fazer educação no Brasil não é simples, fazer educação contextualizada demanda uma dedicação ainda maior, e fazer isso durante a pandemia torna os processos ainda mais difíceis. Mesmo assim, temos algumas experiências de educação contextualizada no contexto pandêmico para compartilhar.



A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA NA PANDEMIA



A Escola Municipal 15 de Julho, citada anteriormente, busca agregar as propostas do currículo aos assuntos voltados à identidade local, contextualizando as vivências dos estudantes que moram nas comunidades rurais às práticas agrícolas e o cuidado com os animais, por exemplo.

“A gente busca sempre trazer esses diálogos, partindo do local para o global. Incentivamos a participação deles nos interesses do campo, para que mostrem afinidades. E buscamos pensar em ações para melhorias do lugar onde vivem. E pensar também de que forma as suas futuras formações podem contribuir para ajudar as pessoas (...) e também as suas comunidades como um todo”, explica a coordenadora dos anos iniciais do ensino fundamental. (Jamielle Dantas, 2021).

A fala de Jamielle mostra uma preocupação em relacionar a vivência dos estudantes aos conteúdos ministrados em sala de aula, para tornar a aprendizagem mais significativa, valorizando os conhecimentos prévios dos estudantes. No entanto, a coordenadora destaca que a escola, assim como muitas outras, não dispõe de livros didáticos que apresentem a região Semiárida como ela realmente é, pois as poucas páginas que relatam sobre a região focam nas fragilidades e não nas potencialidades deste território.

Em 2021, mesmo com o sistema remoto, a rede de ensino de Juazeiro apresentou um projeto norteador para a educação infantil “Meu Juazeiro, Meu Semiárido: lugar de brincar, interagir e descobrir”, onde foi proposto desenvolver as habilidades das crianças a partir do seu contexto. Em relação à participação das famílias, que é fundamental, principalmente, no processo educacional no sistema remoto, Jamielle pontua que “A gente percebe que quando a temática fala daquilo que eles conhecem, eles se sentem mais à vontade para participar, para partilhar e contribuem muito. É uma troca muito bonita de diálogos e vivências”.

Já no Colégio Estadual Hildete Lomanto, a coordenadora Mariana Pereira, destaca que a escola busca contextualizar a educação por meio de projetos e programas, realizando ações de acordo com a realidade dos estudantes, a exemplo do Juventude em Ação, voltado às questões do meio ambiente, como preservação do rio São Francisco e da Caatinga. No entanto, a pandemia e o ensino remoto, inviabilizaram a continuidade do projeto, que ficou parado neste período, mas irá retomar suas atividades. “A gente sente, que quando trabalha com projetos de uma forma mais contextualizada, os alunos se engajam bastante. O desenvolvimento deles nas aulas fica muito mais rico, mais significativo”, frisa Mariana Pereira. A coordenadora afirma também que neste momento, a educação contextualizada deve tratar das dificuldades que os estudantes e suas famílias estão passando.

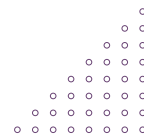
Mesmo diante o cenário pandêmico e as inúmeras dificuldades, os/as professores/as compreendendo a importância da educação contextualizada trazem para os conteúdos, a história e vivência da comunidade do estudante como expõe a gestora das escolas municipais de Poço de Fora, em Curaçá-BA, Diana Rocha. “As atividades foram pensadas, planejadas, a partir de temas que fazem parte das vivências dos estudantes, das famílias, para tentar de alguma forma facilitar o retorno” das atividades para os educadores/as.

Na Escola Municipal João Francisco Félix localizada na comunidade Poço de Fora, durante o

ensino remoto, foi trabalhado o projeto “Sou sujeito e tenho meu lugar no mundo”, buscando envolver os/as estudantes num diálogo com seus cotidianos, e instigá-los a preocuparem-se com o futuro do mundo. Para que assim, “eles pudessem se reconhecer como sujeitos protagonistas, pudessem observar o mundo a sua volta e dialogassem com os conhecimentos adquiridos e a realidade, buscando transformá-la”, explica a também coordenadora pedagógica, Lilian Carolina Ribeiro. Essa atividade mesmo à distância colocou em prática a educação contextualizada, valorizando o cotidiano dos/as estudantes.

Já na Escola Municipal João Honorato de Oliveira, Fazenda Barriguda, em Uauá, foi promovido o projeto de iniciação científica “Ciência em casa no sertão curioso” proposto pela Secretaria Municipal de Educação, incentivando os/as estudantes a desenvolverem a criatividade e inovação. “É um pouco complexo trabalhar educação contextualizada de forma virtual, são muitas tentativas para atingirmos nossos objetivos. Com a iniciação científica fiz muitas intervenções para conseguir um feedback [retorno] proveitoso, e me encho de orgulho quando os vejo produzindo”, ressalta com entusiasmo Lilian.

A partir das experiências citadas, percebemos que mesmo durante a pandemia e os diversos impasses, algumas escolas e educadoras tentaram manter a proposta da educação contextualizada, tendo as escolas rurais maior envolvimento e experiências contextualizadas do que as escolas urbanas. Talvez pela própria relação de pertencimento a este lugar chamado Semiárido, que é urbano e rural. Isso mostra o quanto é necessário implantar a Educação Contextualizada em todo lugar, não apenas no Semiárido, mas nos diversos biomas; não apenas na zona rural, mas também na zona urbana, pois todos merecem ter acesso a uma educação significativa e prazerosa.



“Privatizar é desresponsabilizar o estado e jogar na mão da iniciativa privada aquilo que é fundamental para a classe trabalhadora”,

afirma **Celi Taffarel** sobre privatização da educação no Brasil.

É preciso debater sobre o avanço da privatização da educação no Brasil, um planejamento para sucatear, desqualificar e acabar com a educação pública de qualidade que é um direito de todas/os e dever do estado. Com a privatização da educação, se coloca em “xeque” o desenvolvimento psíquico das pessoas e da sociedade brasileira, é um prejuízo, principalmente, para os mais pobres que serão excluídos do processo educacional, do acesso ao patrimônio cultural da humanidade, pois não terão condições financeiras para arcar com o pagamento da educação.

Para falar sobre este assunto, conversamos com a professora doutora da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Celi Taffarel. A pesquisadora

coordena a Escola da Terra da UFBA, tem contribuição na elaboração de mais de 70 textos em livros e mais de 50 textos em periódicos. Atualmente compõe o Conselho Fiscal da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE) no Nordeste do Brasil.

Celi Taffarel ainda atua junto a Movimentos Populares de Luta Social como a Escola Nacional Florestan Fernandes e a Escola de Formação Quilombola Zumbi dos Palmares. Também é colaboradora voluntária do Instituto Luiz Gama e Militante Amiga do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) desde 1980.

REVISTA

Para iniciar nossa conversa, a senhora pode explicar o que é a privatização da educação e como tem acontecido este processo ao longo dos anos?

CELI TAFFAREL: Para falar de privatizações, nós temos que ter uma referência histórica e essa referência histórica, diz respeito às reivindicações que os trabalhadores e as trabalhadoras defenderam, por exemplo, na comuna de Paris,

onde num processo revolucionário, os trabalhadores e trabalhadoras colocaram uma referência histórica sobre a questão do que é laico, gratuito, de qualidade, socialmente referenciado, do que é servir ao interesse da classe trabalhadora e, portanto, compromisso do estado em garantir aquilo que nos torna seres humanos que é o acesso ao patrimônio cultural da humanidade. Privatizar é desresponsabilizar o estado, e jogar na mão da iniciativa privada aquilo que é fundamental para a classe trabalhadora.



REVISTA

A educação pública tem por finalidade a formação de cidadãs e cidadãos, por meio da construção do conhecimento, enquanto a educação privada atende a uma lógica baseada na competição, na meritocracia e no individualismo. Quais problemas sociais, a população pode enfrentar com o crescimento do ensino privado?

CELI TAFFAREL: O crescimento do ensino privado traz três grandes problemas: o primeiro problema, é que quem vai poder pagar é a elite, são os ricos e a classe trabalhadora pauperizada como ela está sendo, não vai ter condições de pagar; em segundo lugar, o acesso ao patrimônio cultural da humanidade é fundamental para o desenvolvimento psíquico do ser humano, para o desenvolvimento da personalidade, ao negar o conhecimento elaborado, significa que vamos rebaixar teoricamente a capacidade da classe trabalhadora responder os desafios do seu tempo; e qual é o terceiro grande problema da privatização? É que eles exploram o trabalho dos trabalhadores e das trabalhadoras da educação, rebaixando o salário, não garantindo as carreiras, não integrando Ensino, Pesquisa e Extensão, fazendo com que os professores se adequem às plataformas, a ter tudo elaborado por alguém, descaracterizando assim, o processo de trabalho pedagógico que é de responsabilidade do professor. Portanto, esvazia-se a docência e, com isso, causa um prejuízo enorme, principalmente, para a classe trabalhadora que precisa sim, acessar o patrimônio cultural da humanidade.

REVISTA

A iniciativa privada geralmente terceiriza os profissionais da educação, paga menos e garante menos direitos, para assim ter mais lucros. Quais as outras consequências que profissionais da educação enfrentam quando se tira a responsabilidade do estado em garantir uma educação pública e de qualidade aos cidadãos?

CELI TAFFAREL: As consequências para os profissionais da educação frente à privatização,

são as seguintes: em primeiro lugar, tem impacto salarial; segundo, na carreira; terceiro, nas condições objetivas de trabalho; quarto, na formação continuada; quinto, na organização da classe trabalhadora; sexto, na gestão das questões em relação à educação, porque para manter lucros é necessário manter os professores sobre o auspício de um regime que é ditatorial, porque coloca acima de tudo os lucros.



REVISTA

Os liberais defendem a ideia de reduzir investimento público na educação superior e aumentar na educação básica, vendendo um apoio à educação a partir desse discurso. Esse seria um caminho para melhorar a educação no país?

CELI TAFFAREL: O caminho para melhorar a educação do nosso país não é privatizar a educação, não é entregar a educação nas mãos de empresários que só visam lucros. Para nós melhorarmos a educação no nosso país, ela tem que ser um serviço público, gratuito, laico, de qualidade, ser socialmente referenciada, ter pro-

fissionais da educação bem preparados, precisa ter condições objetivas de trabalho, ou seja, escolas equipadas com internet, com tecnologia de ponta, com laboratórios, com quadras, com teatros, com bibliotecas. E hoje o que nós constatamos é que muitas das escolas nem água encanada têm. Muitas escolas não têm nem saneamento básico. E o que nós estamos vendo no nosso país é o fechamento de escolas e não é assim que nós vamos sair dessa terrível destruição que nós estamos vivendo no nosso país, que é a destruição dos serviços públicos e que tendem agora a se agravar mais ainda com a reforma administrativa que pega, principalmente, os municípios, os estados e o governo federal.

REVISTA

De acordo com a 11ª edição do Mapa do Ensino Superior no Brasil, divulgado no mês de junho deste ano pelo Instituto Semesp, em 2021, as matrículas em cursos presenciais de graduação no ensino superior privado tiveram queda de 8,9%, provavelmente em decorrência da crise econômica ocasionada pela crise sanitária da Covid-19. No entanto, o ensino superior privado continua concentrando as matrículas em graduação no país, com 75,8% dos universitários nestas instituições. Por que a presença das empresas é tão forte na formação superior do Brasil?

CELI TAFFAREL: É um equívoco pensar a educação no país fragmentando a educação infantil, o ensino básico, o ensino superior, a educação de jovens e adultos. Nós temos que ter um sistema integrado de educação pública e nós não podemos dissociar o desenvolvimento da educação básica da educação superior. Nós não podemos continuar fazendo com que o sistema educacional seja uma peneira que vai peneirando para chegar lá em cima na ponta no ensino superior, menos de 8% da juventude que deveria estar dentro das universidades. E por que o setor privado tem tanto interesse no ensino superior privado? Porque é ali que se formam advogados, médicos, engenheiros, professores, arquitetos, ou seja, todo o desenvolvimento científico e tecnológico de um país depende dos trabalhadores e trabalhadoras que passam

pelo ensino superior. Portanto, o setor da economia privada quer assaltar a subjetividade dos trabalhadores no seu processo de formação acadêmica. E, além disso, cobrando de uma maneira absurda e transferindo verba pública para a iniciativa privada, porque simplesmente não se desenvolve o setor público e se desenvolve o setor privado. A isso nós temos que dizer não!

REVISTA

Se comparado a 2010, o orçamento do Ministério da Educação (MEC) destinado às universidades federais em 2021 teve redução de 37% nas despesas discricionárias, que excluem o pagamento de salários e aposentadorias. Quais as consequências de cortes tão drásticos para a realização das atividades?

CELI TAFFAREL: Os cortes na ciência, na tecnologia, na saúde e na educação serão consequências gravíssimas para o nosso país e quem vai sofrer mais é a classe trabalhadora. As consequências de reduzir na universidade um orçamento para o que tínhamos no início do século, quando nós ampliamos vagas, quando expandimos o ensino superior, vai ser dramático. Isso vai atingir os estudantes, porque nós defendemos que o estudante tem que ingressar, tem que permanecer, tem que ter um bom ensino, tem que concluir seus estudos. Isso tudo está ameaçado, estamos perdendo contingente enorme de estudantes que não têm condições de se manter, porque não têm assistência estudantil. Além disso, as condições objetivas do trabalho pedagógico, do trabalho docente, do trabalho dos técnicos, do trabalho dos estudantes estão completamente comprometidas. Se nós olharmos como estão as instalações agora precisando de medidas de biossegurança para que a gente volte às aulas presenciais com todos vacinados, com todos os cuidados necessários, isso implica em orçamento e nós não temos esse orçamento, neste momento histórico! Isso é gravíssimo! Eles querem sucatear as universidades para fazer com que todo o setor universitário brasileiro se converta na iniciativa privada. As universidades têm um riquíssimo patrimônio, eles estão de olho nisso, eles querem!



REVISTA

Nesse cenário, como ficam as pesquisas científicas, já que as universidades públicas produzem mais de 90% das pesquisas realizadas no Brasil?

CELI TAFFAREL: Todo o sistema de ciência e tecnologia que tem nas universidades, mas não só nas universidades públicas, ponto de apoio para desenvolver cientificamente a nação e sermos uma nação soberana, está comprometido. Não são só as universidades estão sendo atacadas, os institutos de pesquisa, as fundações de pesquisa, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), enfim toda uma estrutura que levamos 70 anos para construir hoje está sendo sucateada, destruída. E o que vai representar isso no nosso futuro, que seremos uma nação cada vez mais dependente dos países imperialistas. Nós seremos uma nação cujo cérebro foi destruído. Sobre isso, nós temos que reagir contra, nós temos que lutar. Temos que botar um fim no governo Bolsonaro em seus generais.

REVISTA

As privatizações, inclusive da educação, não são discutidas com a sociedade. De que forma é possível reivindicar o direito constitucional à educação pública, gratuita, laica, de qualidade e democrática?

CELI TAFFAREL: São três as grandes tarefas que nós temos para enfrentar essa política destrutiva: a primeira tarefa é fazer esse trabalho de base, é chegar a todas as pessoas, é explicar o que significa a destruição da nação, o que significam os ataques contra os direitos dos trabalhadores, o que significa a destruição dos serviços públicos; a segunda tarefa... nós temos que mobilizar os trabalhadores da cidade, do campo, das águas, das florestas. Não é possível continuarmos nessa passividade, temos que usar todos os meios para mobilizar, para irmos para à rua, para levar nossas reivindicações e assim enfrentar esse destrutivo governo; e a terceira grande tarefa é fortalecermos os organismos de luta, se

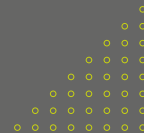
não tivermos organismos de luta fortalecidos, nós estamos à mercê do capital, da sua lógica destrutiva que não convive nem com soberania, nem com democracia, nem com direitos, nem com a preservação do meio ambiente, nem com políticas públicas. Está aí o Bolsonaro conduzindo um processo que está destruindo tudo isso. Está cometendo um crime contra a humanidade!

REVISTA

Hoje é muito comum vermos grupos financeiros, aliados a instituições, levando para os municípios um pacote de formações que, em tese, é bom para a educação municipal, principalmente porque reduz custos. Contudo, os tais pacotes educacionais, geralmente, estimulam nossas crianças e adolescentes à competição, em detrimento da colaboração e reflexão sobre a sociedade. Como você avalia essa manobra protagonizada por empresas e instituições ligadas a empresários?

CELI TAFFAREL: Tem um alinhamento a nível internacional que chega no nosso país pelos ajustes estruturais e esses ajustes estruturais significam que estão sendo tomadas as medidas para alinhar desde o material que chega na mão da criança, com o projeto político pedagógico da escola, com a formação dos professores, com as tecnologias na escola, com toda política curricular nacional. Está na Base Nacional Curricular Comum que rebaixa a capacidade teórica dos trabalhadores, das trabalhadoras e nós vamos ver que esse é um ajuste no campo da educação para responder aquilo que o capital necessita para ter lucros. E ele necessita que sejam atacados professores e professoras, trabalhadores da educação, a escola, a ciência, a tecnologia para sacar a subjetividade revolucionária dos trabalhadores e das trabalhadoras e mantê-los subsumidos à lógica do capital, mantê-los sendo oprimidos e sendo explorados. Quero destacar que Paulo Freire, nos dá uma contribuição nesse sentido, no seu tempo, enfrentando o regime militar. Nós temos que enfrentar a militarização do estado brasileiro que está a serviço da lógica dos capitalistas do imperialismo internacional, que tem sua expressão aqui dentro do nosso país.

REPORTAGEM



INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA: TRAJETÓRIAS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO ACESSO À POLÍTICA PÚBLICA



A infância e a adolescência fazem parte do ciclo natural da vida humana na terra. Esta fase da vida é de grandes descobertas e aprendizados; falar, andar, ler, escrever entre outras são ações fundamentais para a sociabilidade humana. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, considera-se criança, pessoas com até 12 anos de idade incompletos, e adolescente aquele entre doze e dezoito anos de idade.

O descaso com a pauta infanto juvenil já remonta dos tempos coloniais; durante mais de quatro séculos, crianças e adolescentes não recebiam a atenção e o respeito adequado por parte do Estado brasileiro. Até antes de 1920, eles enquadravam-se como problema social a ser resolvido pela lei, e não como sujeitos em formação, em uma sociedade marcada pela crescente desigualdade e exclusão social provocado pelas mudanças estruturais da sociedade brasileira (fim da escravidão, industrialização, crescente urbanização etc), colocando a situação de marginalização e pobreza como fator determinante para a adoção de uma vida de criminalidade e violência. Somente em 1927, com a criação do Código de Menores, foram instituídas as primeiras iniciativas, tendo como objetivo conter os abusos e romper com a lógica punitiva¹.

De 1927 a 1979 alguns avanços constitucionais na pauta infanto juvenil ganharam força, e assim implementou-se um conjunto de ações socioeducativas como resolução da situação em que estavam crianças e adolescentes. O debate sobre a garantia da Proteção Integral e seu pleno desenvolvimento (físico, mental e social) ganhou força ainda no período da ditadura militar pela atuação corajosa de organizações da sociedade civil organizada que denunciavam e realizavam mobilizações e protestos em defesa da pauta. Essas iniciativas foram fundamentais para a sensibilização e engajamento da sociedade nessa luta.

A Assembleia Nacional Constituinte referendou duas Emendas Populares com mais de 1,5 milhão de assinaturas de adultos, crianças e ado-

lescentes, inscrevendo na Constituição Federal de 1988 o seu artigo 227, posteriormente regulamentado com a promulgação do ECA, em 13 de julho de 1990, influenciando radicalmente no destino da infância e adolescência no Brasil.

O ECA representou grandes avanços para a sociedade brasileira: i) articulou diversas instâncias e entes federados na elaboração de políticas públicas, ii) instituiu mecanismos de participação e controle social, iii) definiu como responsabilidade da família, do Estado e da sociedade a proteção integral de crianças e adolescentes, e iv) ampliou o conjunto de direitos sociais assegurados pela lei².

A criação do Conselho Tutelar de Direitos e do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente (CDCA), além da municipalização do atendimento voltado ao público infantojuvenil, contribuiu para a organização e a prestação dos serviços a partir do contexto local.

Em outubro de 1991, por meio da Lei n. 8.242, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), cuja função primordial é elaborar as normas gerais e o controle da política nacional de atendimento dos direitos das crianças e dos adolescentes, entre outras medidas. A política nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente corresponde ao conjunto de políticas públicas, órgãos, serviços, programas e projetos conduzidos pelo governo e por entidades não-governamentais que desenvolvem medidas de promoção, proteção e controle social dos direitos de crianças e adolescentes.

Dentre 2003 e 2015, a realidade socioeconômica vinha mudando para milhões de brasileiros e brasileiras. O incentivo à industrialização, criação de empregos formais, programas sociais, valorização do salário mínimo e políticas de transferência de renda, marcaram esse período da história do país, tendo como um dos maiores resultados o Brasil ter saído do mapa da fome da ONU³ em 2014.

¹ <http://www.uel.br/ceca/pedagogia/pages/arquivos/2014%20JOSIANE%20TOLEDO%20OLIVEIRA.pdf>

² <https://www.migalhas.com.br/depeso/358122/a-protecao-integral-de-criancas-e-adolescentes-na-pandemia>

³ Organização das Nações Unidas

Entretanto, com o impeachment de Dilma Rousseff em 2016 e a eleição de Jair Bolsonaro, ocorreu uma reviravolta nas políticas e nos programas sociais que vinham sendo implementados no país. Diversas mudanças na legislação, como a reforma trabalhista, a reforma da previdência, o congelamento do investimento social por 20 anos e o fim de vários ministérios, colocaram um freio no projeto de inclusão social que vinha sendo construído.

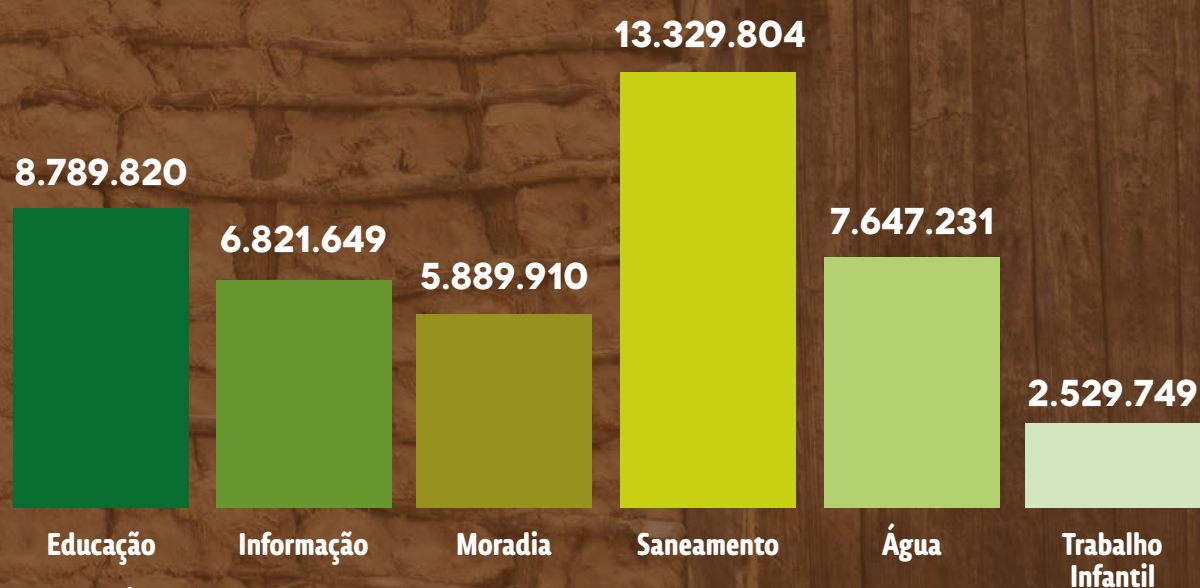
Para Sílvia Tânia Cardoso Cavalcante Mangueira, ex Secretária de Assistência Social do município de Campo Alegre de Lourdes (BA), o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sistema público que organiza, de forma descentralizada, os serviços socioassistenciais no Brasil, é fundamental para assegurar, de maneira intersetorial, programas, projetos e ações estratégicas de erradicação da pobreza, e diminuição das desigualdades.

O Programa de Atenção Integral, o programa Bolsa Família (agora extinto), o programa Criança Feliz são algumas das iniciativas que

visam a proteção de crianças e adolescentes no país. “Observa-se que todos os programas e serviços estão voltados para o melhor atendimento e desenvolvimento das crianças e adolescentes. Essa preocupação está presente desde a gestação, entendendo que a criança deve se sentir acolhida, amada e protegida desde os primeiros momentos, levando em conta que ao nascer se depara com um contexto familiar e social que deve oferecer possibilidades de se desenvolver como um todo, consciente dos seus direitos e da importância do seu papel na sociedade”, destaca Sílvia Tânia.

Em estudo publicado em 2020 pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), intitulado Pobreza na Infância e na Adolescência⁴, constata-se um quadro preocupante no que se refere ao acesso aos direitos de crianças e adolescentes. Tendo como base de análise o Pnad 2015, o relatório detectou que atualmente 27 milhões de crianças e adolescentes têm um ou mais direitos negados, e os mais afetados são meninos e meninas negras, pobres, moradoras da zona rural e do Norte e Nordeste.

TOTAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES PRIVADOS POR DIMENSÃO (PRIVAÇÕES INTERMEDIÁRIAS E EXTREMAS)



Fonte: Unicef.

⁴ <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/pobreza-na-infancia-e-na-adolescencia>

Ainda de acordo com o relatório, no conjunto de aspectos analisados, o saneamento é a privação que afeta o maior número de crianças e adolescentes (13,3 milhões), seguido por educação (8,8 milhões), água (7,6 milhões), informação (6,8 milhões), moradia (5,9 milhões) e proteção contra o trabalho infantil (2,5 milhões), sendo assim, o artigo 3º do ECA que afirma que a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade está sendo gravemente violado.

Segundo Monalisa Cardoso de Souza, advogada e conselheira municipal da Criança e do Adolescente no município de Jaguarari (BA), é fundamental que as famílias assumam o protagonismo na luta pela efetivação dos direitos infantojuvenil. “Cabe às famílias participar dos espaços de decisão, seja na associação de moradores, no conselho escolar, nas reuniões dos orçamentos participativos. A família precisa estar atenta a qualquer violação dos direitos de seus filhos”.

Ela destaca que o protagonismo político das famílias na reivindicação dos direitos da criança e do adolescente contribui positivamente para que eles sejam assegurados, como aponta o artigo 4º do ECA - É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos de crianças e adolescentes.

Com o surgimento da pandemia da Covid 19 e as diversas crises (social, econômica, sanitária, ambiental, política) que foram se instalando no país, a fome voltou a ser um gravíssimo problema que já vem afetando mais de 19 milhões de pessoas, segundo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil⁵, realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Penssan).

Segundo Vera Carneiro, educadora do Movimento de Organização Comunitária (MOC) e conselheira da sociedade civil no Conanda,

o desmonte das políticas públicas está afetando sobretudo crianças e adolescentes. No Semiárido, por exemplo, com o fim de ações essenciais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), de projetos de incentivo à Agricultura Familiar e Agroecologia, de construção de tecnologias sociais de acesso à água, de fomento agropecuário, dentre outros, evidencia-se um total abandono à região.

“A situação de crianças e adolescentes no Semiárido está precisando de mais atenção, de mais políticas públicas, de mais investimento na educação, de mais investimento para a proteção integral, e de apoio emergencial para que não passe fome nem sede”, reforça e acrescenta Vera, “nós da sociedade civil precisamos estar cada vez mais organizados para a gente apontar uma saída, uma perspectiva de projeto, e não deixar esses projetos conservadores tomarem conta do país”.

No mês de outubro foi anunciado pelo governo federal o fim do Programa Bolsa Família, que vinha beneficiando em média 40 milhões de pessoas no país, e que com um custo de 0,5% do PIB (Produto Interno Bruto), conseguiu em seus 18 anos de história reduzir a pobreza e a miséria, diminuir a mortalidade infantil, aumentar a participação escolar feminina, reduzir a desigualdade regional do país e melhorar indicadores de insegurança alimentar entre os mais pobres, como afirma matéria divulgada pela BBC News Brasil .

Entretanto, com a criação do Auxílio Brasil, proposto pelo presidente Bolsonaro através de uma Medida Provisória nº 1.061, a situação tende a acentuar os problemas já existentes, pois 22 dos 39 milhões de brasileiros e brasileiras ficarão sem uma fonte de renda , acentuando ainda mais a vulnerabilidade social em que já se encontram.

De certo, a organização da sociedade civil, a participação ativa nas instâncias de controle social, a sensibilização da população acerca dos direitos de crianças e adolescentes são questões fundamentais para enfrentar o obscurantismo, a irresponsabilidade e o descompromisso com o povo brasileiro.

⁵ <https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2021/10/05/consumo-de-pe-de-galinha-em-alta-e-outros-5-dados-que-revelam-retrato-da-fome-no-brasil.htm>

RETROCESSO NA EDUCAÇÃO E O COMPROMETIMENTO DO FUTURO

Quão bom seria se o intuito deste texto fosse para semear alegria no que se refere à garantia do direito à Educação, num país gigante, mas que vai se assujeitando às exigências do mercado e deixando de garantir, desde o agora, o futuro de gerações que vão sendo comprometidas em virtude da sempre submissão a este ser não invisível, mas concreto, o mercado, que vai interferindo e definindo os caminhos pelos quais devem trilhar todos os setores de uma sociedade, da economia, saúde, educação, cultura, segurança, infraestrutura, saneamento, meio ambiente etc., até mesmo à singularidade da vida e da produção da existência de homens e mulheres, entre outros.

Em 1776 no livro - Uma investigação sobre a natureza e a causa da riqueza das nações - que passou a ter mais notoriedade apenas com o título “A riqueza das nações”, o filósofo e economista Adam Smith utiliza o termo ou mesmo a teoria da “mão invisível” do mercado, com uma pretensão de revelar as interferências que o mercado exerce na livre competição da economia, produzindo maiores possibilidades de realização individual dos agentes econômicos e a melhoria do bem estar da sociedade consumidora. Segundo ele, toda vez que a competitividade existe, o empresário “egoísta” cria movimentos para se afirmar no seu ramo de negócio que faz a oferta e na competição com os demais, nesta luta pelo domínio do mercado, melhorará os seus produtos, produção e assim, oferecerá um produto com preço mais em conta, beneficiando assim, o consumidor.



Edmerson dos Santos Reis

UNEB-PPGESA-
EDUCERE-RESAB

edmerson.uneb@gmail.com



Jackeline Maciel de Azevedo

UNEB-EDUCERE

jackmaaciel@gmail.com

Em tese, no seu tempo, esta perspectiva, poderia até ser factível no conjunto das intenções, mas nos dias de hoje, em tempos de mercado digital e estados paralelos, em que um mercado sem escrúpulos, sem regras claras, mas muito concreto do que invisível, vai ditando suas regras e transformando tudo em moeda para satisfazer os seus interesses, nem sempre sendo o consumidor o beneficiado dos resultados da sua façanha, pois um produto com um preço mais em conta, nem sempre significa a garantia da oferta com a devida qualidade e acesso ao consumidor. Pois, entre os diversos formatos de manipulação dos produtos, já vimos de tudo neste mundo e nesse país, de carne com mistura de papelão para garantir preço menor; grandes frigoríficos fazendo propaganda da sua carne com preço acessível, pois o bloqueio sanitário das vendas internacionais o impedia de ter lucros maiores no exterior enquanto o gado não podia esperar mais para o abate; de carne abatida clandestinamente sendo vendida como carne de primeira, com logo e preço dos grandes e mais competitivos empreendimentos da área. De cervejas e uísques de terceira categoria com novos rótulos de produtos de melhor classificação nas prateleiras etc.

De merenda escolar de origem do grande negócio sendo entregue em escolas como se fossem de origem da agricultura familiar; de escolas construídas com valores que dariam para pagar duas, pois, por trás dos processos licitatórios, havia em muitas situações, verdadeiros “nichos” de trocas de favores e interesses que beneficiam, não os “consumidores”, mas sujeitos de direito com direitos negados e comprometidos, entre tantos exemplos que são noticiados pela imprensa e destacados em ações dos órgãos de fiscalização e acompanhamento dos gastos públicos ou mesmo das empresas privadas, que constroem sua terceira mão para atuar na cooptação e compra de agentes públicos e privados para promoverem o que deve ser, do seu interesse e não do consumidor, do cidadão. Ou seja, sem estado forte, que compreenda o cidadão como o seu principal beneficiário, em todos os segmentos (economia, saúde, educação cultura, segurança, infraestrutura, saneamento, meio ambiente

etc.) e sem uma ética norteadora de como se faz chegar os resultados desse segmento ao cidadão, o que teremos é o fim sendo a moeda do meio que justifica o próprio fim, que não chega como se deve e, sendo o mercado quem estabelece e dita as regras, não como ser invisível, mas com caras, endereços, CPF ou CNPJ, que estão nos meios políticos e dentro do estado, definindo seus interesses, tendo como preço a miséria dos já mais afetados pelas políticas de estado que apenas extraem desses já mais sofridos, aumentando ainda mais as estatísticas dos mais pobres e abaixo da linha de miséria, mas, também, dos que se consideram classe média, mas que não passam de pobres assalariados que se sentem ricos e que muitas vezes, vibram com as políticas de austeridade fiscal do estado que só retiram do trabalhador sem penalizar grandes fortunas, riquezas, pois aí reside a mão concreta e não invisível do mercado que negocia até a vida para vender os seus produtos, muitas vezes sem eficácia, como se vendeu recentemente inúmeros medicamentos sem eficácia para a Covid-19, que podem ter abastecido contas correntes, aqui ou em paraísos fiscais, de empresários, agentes públicos ou mesmo apadrinhados.

Poderíamos nos questionar: sim, mas o que tudo isso tem a ver com a situação da Educação Brasileira, suas metas e o comprometimento do futuro de muitas crianças e adolescentes? Pois bem, em 25 de junho de 2014 foi promulgada, pela Presidente Dilma Rousseff, a Lei 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Reconhecemos que não era o melhor plano, nem que nele estavam contidas todas as propostas levantadas em meio às conferências municipais, estaduais e nacional, que congregaram atores sociais dos mais diversos segmentos sociais, chamados a contribuir com propostas para a promoção de uma educação inclusiva, correitora das inúmeras assimetrias e desigualdades de acesso, permanência e sucesso em todas as etapas, modalidade e segmentos da educação, e que tivessem o poder público, representado pelo estado como seu maior incentivador, mas foi o plano que se pode chegar em meio às inúmeras disputas por recursos, por espaços, e pela

garantia de uma educação pública, laica e socialmente referendada, algo não bem aceito por algumas bandeiras e segmentos sociais, religiosos e empresariais presentes.

Neste PNE se colocava a tentativa de avançarmos no campo do direito à educação, entretanto, todas as manifestações em curso no país, representadas por movimentos com interesses diversos, tentavam desestruturar o país, com passeatas, quebra-quebra, discursos de ódio, misóginos e fake news que levaram ao impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, processo esse que se arrastou de 2 de dezembro de 2015, se concretizando em 31 de agosto de 2016, passando o Brasil a ser assumido pelo seu então Vice-Presidente, que já havia articulado neoliberais, liberais e inúmeros outros representantes do mercado nacional e internacional que passaram a pautar as reformas destruidoras e arruinadoras dos direitos da classe trabalhadora. As reformas que não conseguiram aprovar, foram ficando engatilhadas para o próximo governo que assumiria o país, fruto deste lastro desastroso que era o conservadorismo, a misoginia, defesa de valores arcaicos, por eles denominados de “valores da família tradicional”, um discurso baseado no ódio, e com uma política de austeridade e ruindade com a classe trabalhadora, já tão sofrida.

Como se já não bastasse, no dia 10 de outubro de 2016, a Câmara dos Deputados aprova, em primeiro turno, por 366 votos a favor, 111 contrários e duas abstenções, a proposta de Emenda Constitucional, que estava em tramitação nesta casa legislativa, como a PEC 241 e, no Senado Federal, como PEC 55, popularmente denominada de PEC da morte ou PEC do teto dos gastos públicos. No segundo turno de votação na Câmara dos Deputados, realizado em 25 de outubro de 2016, a PEC 214 foi aprovada por 359 votos a favor, 116 contrários e duas abstenções. No dia 29 de novembro de 2016, já como PEC 55, foi aprovada em primeiro turno no Senado Federal por 61 votos a 14, sendo finalizada a sua aprovação em segundo turno no dia 13 de dezembro de 2016, com o sufrágio de 53 votos favoráveis contra 16. Após esta tramitação, a PEC

foi promulgada pelo Congresso Nacional em 15 de dezembro de 2016, passando a constar nos marcos legais de ordenamento jurídico da nação brasileira como a Emenda Constitucional nº 95, para os neoliberais um avanço, para a sociedade e para o serviço público, uma carta anunciada de dismantelo do serviço público. É evidente que isso não aconteceu de forma passiva, houve muito movimento, muito protesto, principalmente por parte do Movimento Estudantil, Sindicatos, Movimentos Sociais diversos, mas o congresso nacional em sua grande maioria estava ensurdecida no que se refere às manifestações populares, prevalecendo apenas os interesses de um governo comprometido com o mercado e a política como mercadoria, espaço de trocas interesseiras, mesmo havendo ocupações de universidades, escolas e prédios públicos em 21 estados brasileiros.

Com isso, as metas do PNE, nosso foco de reflexão, apesar de que em todos os demais segmentos de atuação do estado, os cortes passaram a comprometer a garantia do direito, o que veremos nas diretrizes do plano que estavam voltadas para a superação das desigualdades educacionais: I – Erradicação do analfabetismo. II – Universalização do atendimento escolar. III – Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação. Para estas diretrizes, 9 metas foram comprometidas, pois sem recursos, não se efetivam ações, sendo elas: 1 a 5; 9; 11 e 12; 14.

No que se refere às Diretrizes para a promoção da qualidade educacional, estavam definidas: IV- Melhoria da qualidade da educação. V – Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade. Aqui, 04 metas estavam atreladas a este intento: as metas 6 e 7; 10; 13, também em muito comprometidas.

As diretrizes para a valorização dos(as) profissionais da educação, traziam como possibilidade de serem alcançadas no período de vigência do PNE: IX – Valorização dos(as) profissionais da educação, estava previsto nas metas 15 a 18.

Aqui, algumas metas já estavam praticamente cumpridas quando da aprovação do PNE, mas os indicadores não garantiam uma cobertura simétrica, ou seja, em números se garantia cumprimento, mas ao distribuir regionalmente, o absurdo ainda se faz em relação às regiões Norte e Nordeste, mesmo com avanços na ampliação, por exemplo, da pós-graduação até 2016, sendo que a partir daí a redução na aprovação por parte da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Ministério da Educação (MEC) vai sendo concretizada. É claro, com encolhimento do teto de gastos não há recursos para expandir a oferta de Pós-graduação.

Nas diretrizes para a promoção da democracia e dos direitos humanos, que elencavam os intentos da: VI – Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública.; VII – Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; e, X – Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. Para dar conta desses intentos tão fundamentais à democracia e à promoção do respeito às diferenças e à diversidade brasileira, em todas às suas dimensões, parece que foram as proposições mais atacadas, pois desde a aprovação do PNE, o conservadorismo e autoritarismo estatal aliados à movimentos religiosos vão sendo instituído nos governos que seguiram a partir de 2016, e o que mais se viu foi a negação dessas bandeiras, que eram previstas nas metas 8 e 19.

O maior e talvez mais complicado de todos e que, por sua dimensão, atinge as demais diretrizes e metas são as diretrizes que se referem ao financiamento da educação, que apresentam como indicativo, o seguinte: VIII – Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade. Tudo isso estava previsto na meta de número 20. A pergunta é, se houve o veto aos investimentos na educação, como é que se cumpre a principal meta, que dá suporte as demais, que é a meta do financiamento?

Aqui, a emenda constitucional do teto de gastos, alinhada aos limites da pandemia, inclusive impedindo a mobilização social, no seu primeiro ano e metade do segundo em 2021, foram territórios propícios para sequer se rever esse absurdo. Assim, o que temos oficialmente é um discurso de que o que se tem já é suficiente, de que universidade não deve ser para todos, que o caminho para os filhos das classes populares é o ensino profissionalizante, a negação e desmantelamento da ciência, que inclusive foi um dos fundamentos de tão elevado número de mortes pela covid-19. Além de que, com a adoção do ensino remoto, devido a pandemia, em um contexto de desigualdade socioeconômica, como garantir o acesso à educação de qualidade se muitos estão sendo excluídos desse processo? As metas do PNE e os caminhos que são disponibilizados, pela atual conjuntura, são uma contraditória nacional, uma vez que sem investimentos não há estratégia que garanta melhoria na educação básica brasileira.

Assim, o que temos é o comprometimento de gerações, que poderiam ter no acesso à educação, à possibilidade de melhoria de vida, de acesso ao conhecimento e a contribuição para a transformação desse país, mas não, é uma nação que precisa se levantar e construir projeto nacional, inclusivo e de fato com o olhar centrado na correção das desigualdades, com seriedade e fundado no ideal republicano, materializando os seus intentos numa assimetria que combata privilégios que contribuem para termos num mesmo país, várias situações de pessoas abaixo da linha da pobreza a pessoas que figuram na Forbes como os novos bilionários brasileiros. E, diga-se de passagem, isso se faz mais aviltante em regiões como Norte e Nordeste e no Semiárido Brasileiro.



“A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa”

Paulo Freire



REVISTA

SEMIÁRIDO

E SEUS CONTEXTOS



COMPARTILHE
ESTA EDIÇÃO



Dreikönigsaktion
Hilfswerk der Katholischen Jungschar